

O CURRÍCULO ESCOLAR AUMENTANDO DESIGUALDADES SOCIAIS: O CASO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

SCHOOL CURRICULA INCREASING SOCIAL INEQUALITIES: THE CASE OF BRAZILIAN PUBLIC EDUCATION

Walace Rodrigues ¹

Resumo: Este artigo busca pensar como as interferências governamentais no currículo escolar da educação pública brasileira pode aumentar desigualdades sociais entre os estudantes mais pobres. Nossa pesquisa para este texto foi bibliográfica e nossa análise teve um cunho qualitativo. Os resultados deste texto mostram que as recentes mudanças na Base Nacional Comum Curricular (NBCC) afetam diretamente a oferta de saberes aos estudantes de escolas públicas, dando a eles menos chance de competir no mercado de trabalho e ter boa pontuação no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), quando comparados aos estudantes de escolas privadas. Isso se refletirá, acreditamos, no futuro, em uma maior desigualdade social entre esses estudantes.
Palavras-chave: Currículo. Desigualdades sociais. Educação pública brasileira.

Abstract: This paper seeks to think about how governmental interference in the Brazilian public education school curricula can increase social inequalities among the poorest students. Our research for this text was bibliographic and our analysis had a qualitative nature. The results of this paper show that recent changes in the Common National Curricula Base (NBCC) directly affect the provision of knowledge to public school students, giving them less chance to compete in the job market and score well on the National High School Exam (ENEM) when compared to students from private schools. This will reflect, we believe, in the future, in greater social inequality between these students.

Keywords: Curricula. Social inequalities. Brazilian public education.

Introdução

Este artigo busca compreender o ensino como o currículo escolar atual pode aumentar as diferenças sociais entre estudantes de escolas públicas brasileiras e de escolas privadas. Explicaremos nossa visão sobre como esse *gap* de saberes poderá acontecer num futuro próximo e suas possíveis consequências.

A pesquisa para este artigo baseia-se em fontes bibliográficas e documentais que revelam a precarização e o sucateamento da escola pública e da profissão docente. Nossa análise tem um cunho qualitativo a partir das fontes pesquisadas.

Há que se pensar que o Ensino Médio público no Brasil é ofertado pelos estados, mas também temos instituições federais ofertando tal etapa de ensino, como os Institutos Federais e os Colégios de Aplicação, por exemplo. Nesse artigo nos referimos às escolas estaduais, já que as federais recebem mais recursos financeiros, fazem concurso público para seu quadro de professores e estão nas listas das melhores escolas do Ensino Médio do país.

Começaremos nossa discussão a partir da avaliação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dos pontos nela destacados como obrigatórios de serem ensinados no Ensino Médio. Nosso caminho metodológico perpassa a precarização da profissão docente e das escolas estaduais de Ensino Médio.

Sobre o currículo escolar, desigualdades e educação pública no Brasil

Vale começar o desenvolvimento desse artigo falando da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que determina o que deve ou pode ser ensinado no Ensino Médio. Essa determinação de disciplinas escolares e conhecimentos determina um curriculum específico para essa fase escolar. Nas palavras do ministro da educação à época da promulgação da BNCC:

Prevista na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e no Plano Nacional de Educação, de 2014, a BNCC expressa o compromisso do Estado Brasileiro com a promoção de uma educação integral e desenvolvimento pleno dos estudantes, voltada ao acolhimento com respeito às diferenças e sem discriminação e preconceitos. (MENDONÇA FILHO apud BRASIL, 2017, p. 5)

A BNCC realmente estava prevista em tais documentos oficiais mencionados pelo ministro, mas ela é promulgada durante o governo do presidente Michel Temer, após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e com claras vertentes neoliberais.

Vale lembrar um pouco as influências governamentais ocorridas no Ensino Médio. A história da educação brasileira faz-nos perceber que foi durante a ditadura militar (1964-1985) que a precarização da escola pública, da profissão de professor e do ensino público começam a acontecer com mais força e seguindo uma política aberta aos investimentos estrangeiros no Brasil. Naquele momento, a concepção tecnicista de educação tomava força e interessava ao Estado brasileiro formar operários técnicos preparados para trabalhar nas multinacionais aqui instaladas.

O tecnicismo enquanto modelo de funcionamento pedagógico introduziu na educação o método de organização científica do trabalho – sistema taylorista/fordista responsável pela produção em massa de produto padronizado de baixo custo. Tal sistema de organização não se restringe ao nível econômico, mas se constitui em uma base sociocultural, criando expectativas no que tange à redução da desigualdade e ampliação do mercado de trabalho pela produção e consumo em massa. O tipo de homem preconizado por esse modelo tem como função repetir indefinidamente movimentos padronizados, agilizando o processo, mas sem preocupações com o conhecimento profissional o que implica o estabelecimento de relações de tutela com a hierarquia

científica e administrativa. (ROCHA; BESSA; OLIVEIRA, 2004, p. 2)

Como vemos, o governo ditatorial não queria que os estudantes criassem expectativas que não pudessem ser cumpridas pelo sistema educacional vigente. Assim, aos pobres restavam ser técnicos de nível médio e buscar trabalho em uma grande empresa, não almejando mais que um trabalho repetitivo e mal pago. A educação de ensino médio era, então, e em sua maioria, profissionalizante e de cunho tecnicista.

As arte-educadoras Ana Mae Barbosa e Rejane Coutinho nos dão uma visão bastante clara do ensino médio profissionalizante durante a ditadura militar, tomando como exemplo o ensino de artes. As professoras nos dizem que:

Hoje pode parecer estranho que uma ditadura tenha tornado obrigatório o ensino da arte nas escolas públicas. Contudo, tratava-se de um mascaramento humanístico para uma lei extremamente tecnicista, a 5692, que pretendia profissionalizar os jovens na escola média. Como as escolas continuaram pobres, sem laboratórios que se assemelhassem aos que eram operados nas indústrias, os resultados para aumentar a empregabilidade dos jovens foram nulos. Por outro lado, o fosso entre elite e pobreza se aprofundou, pois as escolas particulares continuaram preparando os estudantes para o vestibular, para a entrada na universidade, embora os currículos apresentassem um discurso comprometido com a formação técnica, que de fato não vieram acompanhados de políticas para tal formação. Enquanto isso o ensino médio público nem preparava para o acesso à universidade nem formava técnicos assimiláveis pelo mercado. (BARBOSA; COUTINHO, 2011, p. 27, negrito nosso)

Após esse período ditatorial, entramos em um período de neoliberalismo econômico, tendo como modelo econômico aquele dos EUA. O neoliberalismo influenciou diretamente a educação pública, deixando profundas marcas na educação brasileira. As escolas tornaram-se instituições a serem administradas de acordo com os pressupostos neoliberais de gestão. As diretoras viraram “gestoras”, o alunado virou “clientela”, entre outros termos gerenciais que adentraram as portas da escola e a administração escolar.

As maneiras de “gerenciar” as instituições públicas de ensino se modificaram aos ventos das metas e da produtividade neoliberal. A profissão docente se tornou ainda mais desvalorizada e o Estado buscou pagar cada vez menos ao profissional educador. Havia um visível processo de desumanização e desvalorização acontecendo dentro das escolas. Os números, metas e provas tomaram conta das escolas a partir da década de 1990, conforme nos mostra a passagem a seguir:

A neoliberalização da sociedade brasileira, que, na educação, intensifica-se nos anos 90, trouxe mudanças na gestão do processo, que vai se caracterizar pelo enxugamento de pessoal, diminuindo a hierarquia administrativa, mas nem por isso reduzindo o controle que passa pelas estatísticas de produtividade. É importante lembrar que a descentralização preconizada dos modos de organização se dá no nível de desempenho eficiente e execução das tarefas, e não no compartilhamento das análises, decisões e definição dos rumos das práticas (ROCHA; BESSA; OLIVEIRA, 2004, p. 2-3)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9.394, promulgada em 1996, flexibilizou os processos administrativos, financeiros e pedagógicos para as instituições escolares. Isso ficou claro na obrigatoriedade da elaboração de projetos político-pedagógicos para gerir as unidades escolares. No entanto, a LDB 9.394 sofreu inúmeras alterações, algumas mais significativas do que outras, incorporando a participação de grupos sociais e culturais excluídos por muito tempo do âmbito educacional. No entanto, a aplicação da atual LDB ainda é parcial em algumas situações e

não conseguiu remover problemas históricos da educação pública brasileira.

Rodrigues nos diz que vários problemas da educação pública brasileira estão ligados à propriedade privada, falsa igualdade (racial, social, etc) e laços de lealdade entre políticos e elite empresarial que vemos um Brasil atual marcado pelas tentativas de fragilização e precarização da educação pública de todos os níveis” (2017, p. 224).

Apesar dos avanços educacionais obtidos pelos investimentos em educação dos governos Lula e Dilma, a BNCC, sancionada durante o governo Temer, trouxe modificações importantes para deteriorar ainda mais a educação pública no Ensino Médio. Rodrigues nos diz que:

[] atravessamos tempos tenebrosos para a educação brasileira. Temos visto retrocessos em conquistas historicamente alcançadas, principalmente em relação à inclusão dos grupos marginalizados na educação superior. Essas conquistas não podem ser retiradas sem que haja ampla discussão e consenso sobre o que se quer para a educação nacional, o que se deseja para um currículo verdadeiramente humanizador, que ajude as pessoas a serem sempre mais e melhor naquilo que desejam para si na sociedade. (RODRIGUES, 2017, p. 230)

A BNCC retira disciplinas importantes do currículo do Ensino Médio e incorpora quatro áreas de conhecimentos, a saber: Linguagens e suas tecnologias (priorizando Língua Portuguesa), Matemática e suas tecnologias (priorizando Matemática), Ciências da Natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas e sociais aplicadas (BRASIL, 2017, p. 32). Rodrigues ainda nos diz que:

As reformas atuais, implantadas no governo do presidente Michel Temer, deixam-nos ver a relevância que o currículo escolar tem para a sociedade, colocando-o como um campo de batalhas ideológicas entre concepções variadas sobre o que os estudantes brasileiros devem aprender e sobre os fins da educação escolar e superior. Essas reformas retiraram a filosofia e a sociologia da grade curricular do ensino básico (como já havia acontecido durante a ditadura militar) e dividem as disciplinas em grandes áreas: áreas de ciências humanas, ciências da natureza, linguagens e matemática. (RODRIGUES, 2017, p. 227)

Nessa nova visão educacional de currículo os temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) desaparecem da discussão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. São eles: ética, orientação sexual, meio ambiente, saúde, pluralidade cultural e trabalho e consumo. Tais temas podem ser abordados a cargo das escolas.

No entanto, em uma precarizada escola pública de Ensino Médio esses temas possivelmente desaparecerão das discussões com os alunos. Obviamente que as escolas particulares oferecerão discussões sobre tais temas transversais, já que almejam uma formação crítica de seus estudantes, principalmente para que consigam boas notas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Damos como exemplo a única menção ao meio ambiente encontrada na BNCC, incorporando-a às questões da área das linguagens e não mencionando-a na área das Ciências da Natureza. O texto, mascaradamente, diz:

O campo da vida pessoal organiza-se de modo a possibilitar uma reflexão sobre as condições que cercam a vida contemporânea e a condição juvenil no Brasil e no mundo e sobre temas e questões que afetam os jovens. As vivências, experiências, análises críticas e aprendizagens propostas nesse campo podem se constituir como suporte para os processos de construção de identidade e de projetos de vida, por meio do mapeamento e do resgate de trajetórias, interesses, afinidades, antipatias, angústias, temores etc., que possibilitam uma ampliação de referências e experiências culturais diversas e do conhecimento sobre si. No escopo

aqui considerado, a construção de projetos de vida envolve reflexões/definições não só em termos de vida afetiva, família, estudo e trabalho, mas também de saúde, bem-estar, relação com o meio ambiente, espaços e tempos para lazer, práticas das culturas corporais, práticas culturais, experiências estéticas, participação social, atuação em âmbito local e global etc. Considerar esse amplo conjunto de aspectos possibilita fomentar nos estudantes escolhas de estilos de vida saudáveis e sustentáveis, que contemplem um engajamento consciente, crítico e ético em relação às questões coletivas, além de abertura para experiências estéticas significativas. Nesse sentido, esse campo articula e integra as aprendizagens promovidas em todos os campos de atuação. (BRASIL, 2017, p. 479-480)

Vemos que esse tópico da BNCC, dado como um dos cinco campos de atuação social da área das Linguagens, tenta incorporar os temas transversais de forma integradora, mas falha na desobrigação de ensiná-los, colocando-os de forma vaga e descontextualizada.

Também, vemos que no meio de nosso sistema de ensino público precarizado e sofrendo fortes investidas conservadoras, há a necessidade de valorização e formação constante dos profissionais da educação, principalmente dos professores. Nessa perspectiva, o professor também deve buscar melhorar suas práticas e seus saberes, como nos mostra Paulo Freire:

Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 1996, p. 32)

No mesmo caminho, o órgão público de educação (seja ele estadual ou o próprio Ministério da Educação) deve buscar ofertar formação continuada para todos os professores de seu quadro. Tais formações devem fazer com que os professores adquiram mais conhecimentos e mais alegria pela profissão. O professor José Carlos Libâneo nos informa que:

O senso de profissionalismo, obviamente, está em baixa. Profissionalismo significa compromisso com um projeto político democrático, participação na construção coletiva do projeto pedagógico, dedicação ao trabalho de ensinar a todos, domínio da matéria e dos métodos de ensino, respeito à cultura dos alunos, assiduidade, preparação de aulas etc. É difícil aos professores assumirem os requisitos profissionais e éticos da profissão com os baixos salários, com a preparação profissional deficiente, com a baixa autoestima que vai tomando conta de sua personalidade. Além disso, estão ausentes programas de formação continuada em serviço e, quando existem, são inadequados, não motivam os professores, não se traduzem em mudanças na sala de aula. Esse quadro se reflete no exercício profissional dos professores. Cai seu interesse pela autoformação, pela busca de ampliação de cultura geral (que não é realimentada por falta de dinheiro, falta de tempo, falta de motivação), rebaixa seu nível de expectativa em relação aos aspectos de desenvolvimento pessoal e profissional. As escolas não conseguem se organizar para assegurar um ambiente de trabalho formativo. (LIBÂNEO, 2011, p. 90)

Ressaltamos que a precarização da profissão de professor e a desvalorização da imagem desse profissional foram construídas, no caso brasileiro, através de um processo histórico planejado. Nesse mesmo caminho de precarização vemos acontecerem as reformulações legais instauradas na

BNCC, onde disciplinas simplesmente desaparecem dos currículos, deixando professores de várias áreas sem saber o que lecionarão.

Nesse contexto, a desigualdade educacional entre estudantes frequentadores das escolas estaduais de Ensino Médio e estudantes de escolas particulares se instaura, já que os estudantes das escolas particulares saem muito melhor preparados do que aqueles das instituições estaduais. Isso fica visível na divulgação das escolas que mais tiveram alunos aprovados no ENEM¹.

Ainda, Rodrigues informa-nos que a educação pode auxiliar na diminuição da vulnerabilidade social dos sujeitos, pois oferece possibilidades de melhora de qualidade de vida:

[...] a educação tem um papel potencialmente importante na diminuição da vulnerabilidade social, pois cria meios de melhorar a qualidade de vida daqueles que estudam. Acreditamos, também, que um ambiente educacional apropriado pode auxiliar os estudantes a enfrentar seus problemas de maneira mais objetiva, auxiliando na busca de soluções e na resiliência para enfrentá-los, transformando a realidade (RODRIGUES, 2017, p. 99)

Além disso, o próprio acesso ao Ensino Superior torna-se, para aqueles estudantes de escolas estaduais de Ensino Médio, um sonho cada dia mais difícil de alcançar. Cursos como de medicina, as engenharias, o direito, entre outros mais procurados nas universidades públicas, acabam por receber grande parcela de alunos provenientes de escolas particulares. Os estudantes de escolas estaduais detêm poucas chances de entrar nesses cursos. Daí, também, a necessidade de cotas para tais cursos.

Começando a finalizar nossa discussão, lembramos do que nos dizia já em 1995, a sabia e visionariamente arte-educadora Ana Mãe Barbosa sobre uma necessidade básica no Brasil:

Nosso problema fundamental é alfabetização: alfabetização letal, alfabetização emocional, alfabetização política, alfabetização cívica, alfabetização visual. Daí, a ênfase na leitura: leitura de palavras, gestos, ações, imagens, necessidades, desejos, expectativas, enfim, leitura de nós mesmos e do mundo em que vivemos. Num país onde os políticos ganham eleições através da televisão, a alfabetização para a leitura da imagem é fundamental e a leitura da imagem artística, humanizadora. **Humanização é o que precisamos nossas instituições entregues aos predadores políticos profissionais que temos tido no poder nos últimos trinta anos.** (BARBOSA, 1995, p. 63, negrito da autora)

Essa humanização tão almejada por muitos brasileiros somente pode ocorrer com uma educação que privilegie todos, sem distinção de poder econômico, classe social, cor da pele, etc. As desigualdades de aplicação do currículo escolar entre escolas estaduais e particulares é, claramente, um fator de agravamento de desigualdade social hoje. Isso será notado, também, em mais alguns anos, pois o acesso às universidades sofre, hoje em dia, duras críticas do governo Bolsonaro, principalmente no que diz respeito ao sistema de cotas e ao financiamento do Ensino Superior. Os recentes cortes de orçamento das universidades federais demonstra uma clara meta do governo em diminuir o acesso ao Ensino Superior Federal, deixando-o para poucos (aqueles que possam pagar por ele).

Considerações finais

Este texto buscou compreender um pouco sobre como o currículo escolar, executado a partir das orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para as escolas estaduais de Ensino Médio precariza o ensino para esses estudantes em relação ao ensino dos estudantes das escolas particulares.

¹ Entre as cinquenta primeiras escolas a aprovar estudantes no ENEM 2018, nenhuma é pública estadual. Fonte: <https://blogdoenem.com.br/resultados-enem-escolas/>

Vimos ainda, que a precarização da profissão docente, historicamente comprovada, acentua ainda mais a desigualdade entre escolas públicas e particulares. Tal desvalorização dos docentes na carreira pública estadual faz com que caia “interesse pela autoformação, pela busca de ampliação de cultura geral (que não é realimentada por falta de dinheiro, falta de tempo, falta de motivação), rebaixa seu nível de expectativa em relação aos aspectos de desenvolvimento pessoal e profissional”, conforme nos informou o professor Libâneo (2011, p. 90).

Ainda, através dos resultados das cinquenta escolas que mais aprovaram no ENEM de 2018, verificamos que nenhuma delas é pública estadual, mostrando claramente a falta de preparo dos estudantes dessas últimas para competirem em pé de igualdade com os estudantes das escolas particulares. Isso se refletirá, acreditamos, no futuro, em uma maior desigualdade social entre esses estudantes, fazendo com que aqueles com mais possibilidades financeiras sempre estejam melhor colocados no mercado de trabalho e tenham melhores salários.

Concluindo, vemos que o currículo escolar não é somente um campo de batalhas ideológicas e de força (como nos informou Rodrigues), mas ele também pode marcar a oportunidade na vida das pessoas que necessitam estudar em escolas públicas municipais e estaduais, aumentando a desigualdade social entre as pessoas no Brasil. Esse cruel sistema de seleção de quem pode ou não ser melhor preparado para competir no mercado capitalista brasileiro mostra a importância de grande investimento na educação pública estadual e um alargamento dos conteúdos ensinados na escola pública.

Referências

BARBOSA, Ana Mae. Educação Pós-colonialista no Brasil: Aprendizagem Triangular. **Comunicação e Educação**, São Paulo, n. 21, p. 59-64, jan./abr. 1995.

BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane G. **Ensino da arte no Brasil**: Aspectos históricos e metodológicos. Cursos de Especialização para o quadro do Magistério da SEESP Ensino Fundamental II e Ensino Médio. São Paulo. UNESP, 2011.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - Ensino Médio**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2017. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=85121-bncc-ensino-medio&category_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192 >, acesso em 23 de ago. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** - LDB. LEI 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?**: novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA, Marisa Lopes da; BESSA, Valéria da Hora; OLIVEIRA, Alexandre dos Anjos de. Trabalho docente e suas implicações com as práticas psicológicas. IN: **Anais da 27ª Reunião Anual da Anped** - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2004, pág. 1-7. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/p203.pdf>>. Acesso em 29/05/2018.

RODRIGUES, Wallace. O PARFOR enquanto estratégia educacional de luta contra a vulnerabilidade social. IN: **Revista Acadêmica Magistro**. Duque de Caxias/RJ, v. 2, n. 16, 2017, pág. 95-109. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/view/4319/0>>. Acesso em 23 de ago. 2019.

RODRIGUES, Wallace. Reflexões sobre o III Fórum de Licenciaturas da UFT: o currículo como campo

de batalhas ideológicas. IN: **Entreletras**. Araguaína/TO, v. 7, n. 2, jul./dez. 2016, pág. 221-231. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/2996>>. Acesso em 21 de ago. 2019.

Recebido em 24 de agosto de 2019.

Aceito em 10 de dezembro de 2019.